

DISPUTAS PELA HERANÇA NA PROCLAMAÇÃO DE JESUS E NA TRADIÇÃO ISRAELITA ANTERIOR: o caso da “parábola dos vinhateiros”

Pedro Lima Vasconcellos

É interessante notar como as parábolas de Jesus não têm tido lugar garantido em algumas das últimas reconstruções do perfil e ação do Jesus histórico. Se há alguns anos atrás se podia ler que “os mais atualizados estudos bíblicos afirmam, com unanimidade, que as *parábolas* representam a mais expressiva forma da mensagem do Jesus histórico”¹, elas estão relativamente ausentes do debate mais recente a respeito².

O que significa pensar a inserção de Jesus, a quem se atribui a chamada “parábola dos vinhateiros”, no mais profundo das tradições de Israel? Ela, que em sua versão sinótica básica lemos em Mc 12,1-9(11), mas que possui outra, indispensável à nossa análise, no recentemente encontrado *Evangelho segundo Tomé* par. 65, é com razão considerada uma verdadeira *crux interpretum*, colocando diversos problemas quanto à história de sua transmissão, desde um eventual (para nós bastante provável) pronunciamento por Jesus até sua fixação por escrito nos sinóticos e em Tomé. Aqui não trataremos desse processo, muito menos proporemos uma interpretação cabal da parábola em suas diversas versões³. Por outro lado, a tradição cristã posterior carregou o relato de Marcos (e os de Mateus e de Lucas) de um tão denso, anacrônico e inaceitável anti-judaísmo⁴, que repensar a inserção deste fragmento da tradição cristã mais originária no seio das tradições ancestrais de Israel exigirá particular cuidado. Assim, nosso en-

1. Domingos Zamagna. “As parábolas e a educação popular”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, 1984, n. 2, p. 74-75 (grifo do autor).
2. Surpreende, com efeito, verificar que as parábolas praticamente não emergem na reconstrução proposta por E.P. Sanders (*La figura histórica de Jesús*. 2 ed., Estella: Verbo Divino, 2000). Mesmo na recente proposta de John D. Crossan, *Em busca de Jesus: debaixo das palavras, atrás dos textos* (São Paulo: Paulinas, 2007) as parábolas praticamente não aparecem, ao contrário de seu título mais famoso, *O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo* (Rio de Janeiro: Imago, 1994), que traz poucas, mas preciosas páginas (p. 313-319) dedicadas ao tema.
3. Algo disso procuramos fazer em iniciativas anteriores. Permitimo-nos remeter à nossa dissertação de mestrado para várias das opções e justificativas que não podemos desenvolver aqui: *Uma parábola rebelde: textos e contextos na história da parábola dos vinhateiros*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1994. Alguns resultados deste trabalho apareceram em outras oportunidades: “*E lhes falava em parábolas*”: introdução à leitura das parábolas. São Paulo, 1995 (Mosaicos da Bíblia, 19); “Quem tiver ouvidos ouça: vozes e escritas no contexto do cristianismo primitivo”. In: *Projeto História*. São Paulo, 2003. n. 26, p. 183-197; “O profeta assassinado e a recriação de um enredo”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, 2002. n. 76, p. 76-81; “Leitura das parábolas: uma proposta”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, 2006, p. 9-18. Muitas das opções que aqui exporemos encontram sua argumentação mais elaborada em nossa dissertação. Foi-nos muito gratificante perceber os tópicos principais de nossa hipótese confirmados na leitura do recentíssimo e monumental trabalho de John S. Kloppenborg. *The Tenants in the Vineyard*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2006.
4. Eis um aspecto delicado, denunciado vigorosamente na análise proposta por Luise Schottroff à parábola dos vinhateiros (*As parábolas de Jesus: uma nova hermenêutica*. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 24-39).

saio aqui se deterá em tópicos que salientem algumas das formas do efetivo enraizamento desse dito atribuído a Jesus no chão sócio-histórico-cultural de Israel.

I. De Marcos a Jesus, passando por Tomé

Alguns pressupostos devem ficar aqui evidenciados, pois são básicos ao argumento que se pretende desenvolver. Em primeiro lugar, e mais importante, consideramos o texto de Mc 12,1-12 resultado de um complexo traditivo, que tem no texto de Tomé, excetuados poucos detalhes redacionais, uma testemunha imprescindível de uma de suas etapas intermediárias. Em segundo lugar, consideramos que o relato marcano está intrinsecamente comprometido na configuração mais ampla do *Evangelho segundo Marcos*, e são as intencionalidades deste que deverão ser invocadas para que se compreenda o formato particular que a “parábola” aqui assume, desde sua localização em Jerusalém até sua coloração decisivamente alegórica⁵. Isso nos leva a considerar as referências a Is 5, no início, no meio e no fim da alegoria marcana, a multiplicação de servos enviados, a qualificação “amado” dada ao filho enviado por último à vinha e a descrição de seu destino em paralelo com o de José, filho de Jacó⁶, e finalmente a justaposição, ao relato, da passagem do Sl 118,22-23, como secundárias, marcos literários que expressam a conversão da parábola numa alegoria e a ajustam aos propósitos teológicos da redação marcana. Recorde-se que nenhuma dessas referências encontra-se no texto de Tomé.

O caráter alegórico do relato marcano é quase unanimemente aceito⁷. Mais debatido é o caráter secundário dessa forma alegórica. Richard Horsley, por exemplo, num de seus escritos mais recentes parece assumir, que a parábola de Jesus “seja narrada *contra* os governantes” que, “longe de produzir os frutos da justiça (...) haviam até tratado os servos de Deus com violência. Obviamente, o dono da vinha não deixaria de tomar uma atitude. Deus estava vindo para destruir os arrendatários sacerdotais e passar a vinha a outros”⁸. A nosso ver, porém, Horsley nesse ponto também merece a certa crítica, endereçada anteriormente a Dodd e a Jeremias, de embora pretender trabalhar com a distinção básica entre parábola e alegoria, não conseguir levá-la às úl-

5. Numa expressão feliz, Werner Kelber afirma que Mc 12,1-12 encontra-se fortemente “textualizado” (*The oral and the written gospel*. Philadelphia: Fortress Press, 1983, p. 59.64).

6. A respeito, veja os dados propostos por Weihs e recolhidos por John S. Kloppenborg. *The Tenants in the Vineyard...*, p. 232.

7. Schottroff tem dificuldades em reconhecê-lo, já que isso supõe identificar o proprietário da vinha, nos relatos sinóticos, com Deus. Isso, porém, é inevitável, dada a associação, feita em tempo anterior a Marcos (mas não conhecida de Tomé), entre a parábola de Jesus e a tradição de Is 5,1-7 (pela LXX). Pode-se melhor compreendê-la se se considera a provocante ironia que a redação marcana expressa, ao pretender “subverter o relacionamento social entre o trabalhador da lavoura e o proprietário de terras, pois, aqui conta uma narrativa em que a liderança de Jerusalém, que de fato era a classe latifundiária ausente, aparece sob a forma de *servos* ou *empregados* do senhor ausente, isto é, Javé” (Ched Myers. *O evangelho de São Marcos*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 369; os grifos são do autor). Também Berger nega que estejamos diante de uma alegoria *stricto sensu* (Klaus Berger. *As formas literárias do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, p. 338-339); sua objeção, porém, parece provir do fato de que a alegoria imposta à narração parabólica anterior não estabeleceu um paralelo absoluto entre a narração e o sentido apostado a ela. Além disso, ele julga irrelevante “a origem histórica do material da parábola na sociedade antiga” (p. 339), algo cuja exigência seria reiterada com o reconhecimento de um estágio, anterior a Marcos, de nossa parábola, como procuraremos mostrar.

8. Richard Horsley. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, p. 100.

timas conseqüências: eles consideram a parábola dos vinhateiros “uma parábola dita por Jesus para ilustrar a sorte daqueles que se opõem a ele e a sua obra. Isto faz da parábola uma alegoria virtual”⁹.

Entendemos, efetivamente, que a referida distinção, devida a Jülicher, deve ser mantida, com importantes ajustes feitos posteriormente¹⁰. E vale, para nossa parábola, a percepção geral de Hedrick: “nos evangelhos certas parábolas foram pensadas para ter caráter alegórico, tendo sido modificadas no período oral da tradição de Jesus de forma a serem mais adequadas à interpretação cristã”¹¹.

Em síntese, pelo processo da comparação sinótica (entre Marcos e Tomé) e pela crítica dos gêneros literários, chega-se a um relato parabólico que, antes de tematizar sobre o sentido da morte de Jesus, associada à dos profetas que o precederam, trata de uma situação conflitiva típica de um contexto agrário. Mesmo com a impossibilidade de se reconstituir a “forma original” da parábola, não nos parece inviável ao menos delinear seus contornos, resumidos aqui em quatro tópicos:

a) Provavelmente a parábola começava com algo como: “um homem tinha uma vinha”. A substituição da relação de posse pelo verbo “plantar”, bem como a inserção de detalhes e cuidados quanto à vinha, em Marcos, são dependentes de Is 5,1s. Já o *Evangelho segundo Tomé* mantém a relação de posse entre a vinha e seu dono que, mais do que depender das parábolas do contexto¹², corresponde melhor ao estado de coisas nos campos da Galiléia no século I de nossa era. Já as orações “entregou-a a lavradores e viajou” compõem aquilo que Ched Myers chamou de “nota realista”¹³ da parábola e poderiam certamente fazer parte integrante dela.

b) Quanto ao envio de escravos para recolher a produção (toda, segundo Tomé; em parte, segundo Marcos) da vinha, inicialmente se tinha um duplo envio deles, como se lê em Tomé. Além disso, se associamos a este duplo envio também o do filho, chegamos a uma estrutura tríplice de envio, sendo que o clímax acontece em sua última parte. Esta estrutura é típica de contos e narrativas populares¹⁴.

c) Quanto ao envio do filho, é preciso notar que ele aparece no relato pois só dessa maneira o desfecho da história pretendido por seu autor, ou seja, a posse da vinha pelos vinhateiros, poderia ser alcançado: “matando-o (ao filho), a vinha tornar-se-á,

9. Jane E. e Raymond R. Newell. “The parable of the wicked tenants”. In: *Novum Testamentum*. Leiden, 1972, n. 14, p. 226.

10. Para um panorama, Gerd Theissen e Annette Merz. *O Jesus histórico: um manual*. São Paulo, Loyola, 2002, p. 350-363.

11. Charles W. Hedrick. *Many Things in Parables*. Jesus and his Modern Critics. Westminster John Knox, Louisville, 2004, p. 8 (só se questione a univocidade que Hedrick dá a seu “interpretação cristã”...).

12. Os parágrafos 63-65 do *Evangelho segundo Tomé* trazem “um grupo de três parábolas contra as riquezas” (título de um artigo de Jean-Marie Sevrin in: VV.AA. *Les paraboles évangéliques: perspectives nouvelles*. Paris: Cerf, 1989, p. 425-439).

13. Ched Myers. *O evangelho de São Marcos...*, p. 369.

14. Já o assinalava Charles H. Dodd. *Las parábolas del reino*. Madrid: Cristiandad, 1974, p. 125-126.

assim eles especulam, um bem sem dono, de que poderiam, por primeiro, tomar posse imediatamente”¹⁵.

d) O texto de Marcos diz que os lavradores tomaram o filho, “mataram-no e o lançaram fora da vinha” (v. 8). Encontramos aí uma característica particular quando comparamos Marcos com os textos de Mateus e Lucas: estes dois, ao contrário de Marcos, fazem a morte do filho acontecer fora da vinha¹⁶. Teríamos aqui aquilo que Jeremias chamou de “explicitação da cristologia”: Mateus e Lucas querem, com a inversão frente a Marcos, aludir mais claramente à morte de Jesus fora de Jerusalém¹⁷. Se isto for plausível, confirmar-se-ia então que a tradição que transmitiu a parábola a Marcos não a via necessariamente sob a ótica cristológica. E a parábola termina com a morte do filho.

Os contornos sugeridos acima para a parábola apontam para uma inquietante proximidade com o formato assumido na versão lida em Tomé, de uma sobriedade provocante e absoluto realismo, que exige reconhecer uma trama que precisa ser compreendida em sua materialidade¹⁸.

II. Camponeses e proprietários: violências e disputas

A síntese a seguir é esclarecedora:

Os contratos de arrendamento podem ser feitos de duas maneiras. No arrendamento parcial o proprietário arrenda o campo ou a vinha e manda a colheita ser vigiada por seu procurador. A renda consiste na entrega de uma porcentagem estabelecida da colheita, que naturalmente varia de ano para ano. Por isso o proprietário tem de estar presente na colheita ou mandar alguém para fiscalizar. [...] Na segunda forma, a renda é estabelecida com antecedência para um pedaço de terra¹⁹.

Resumindo trabalhos anteriores, seus e de outros, Horsley assim se expressa:

Escavações arqueológicas confirmaram que, desde o tempo de Herodes, pelo menos, famílias sumo sacerdotais e herodianas haviam regularmente constituído grandes propriedades cultivadas por arrendatários que deviam entregar a produção aos seus proprietários ausentes, os quais haviam construído para si mesmos perdulárias mansões em Jerusalém. Essas propriedades formavam-se pela execução das hipotecas de empréstimos feitas pelos ricos a camponeses irremediavelmente endividados, que eram então transformados em meeiros. Na Galiléia também, senhores de terra ausentes (provavelmente oficiais herodianos) começaram a tirar vantagens das pressões crescentes que a administração

15. Joachim Jeremias. *As parábolas de Jesus*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 79.

16. Tomé não entra na consideração deste detalhe.

17. Joachim Jeremias. *As parábolas...*, p. 76-77.

18. Esta é a opinião, entre outros, de John D. Crossan. “The Parable of the Wicked Husbandmen”. In: *Journal of Biblical Literature*. Atlanta, 1971, n. 90, p. 451-465.

19. Joachim Gnilka. *Jesus de Nazaré: mensagem e história*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 65-66.

cada vez mais rígida de Herodes Antipas exercia sobre os camponeses para controlar-lhes as terras, embora o processo certamente ainda não fosse tão extenso como na Judéia e nas “propriedades reais”, na Grande Planície logo ao sul da Galiléia. Os camponeses sabiam muito bem que muitos deles estavam sendo transformados de proprietários livres cultivando suas próprias terras ancestrais em arrendatários dos governantes abastados e dos seus oficiais que haviam assumido o controle efetivo (a propriedade?) daquelas terras²⁰.

Cruzemos a parábola, em seus inícios, com os dados acima recolhidos, e veremos que ela “codifica vários aspectos do sistema social opressor que dominava a população rural na Palestina”²¹. Aí se apresenta, de forma sóbria, realista e direta, “a primeira fase” da “espiral da violência” em torno da qual a trama de nossa parábola gira: a “opressão cotidiana”, gerada pela ordem fundiária dos campos da Galiléia²². Assim se entende perfeitamente que o “homem” proprietário da vinha seja qualificado, no *Evangelho segundo Tomé*, como “credor” ou “usurário”, segundo a reconstrução proposta por Dehandschutter e aceita por Kloppenborg, e não como “honesto”, como quer a maioria das traduções²³.

Passemos a considerar a colheita e o que a ela está associado. Primeiramente recordemos que a colheita da vinha é muito cobiçada, servindo em grande escala para exportação, o que tende a expandir a propriedade e a transformar camponeses, que paulatinamente perdem suas terras, em arrendatários, diaristas (cf. Mt 20,1-16) ou escravos²⁴. Deve-se notar que o termo usado para caracterizar estes trabalhadores em nossa parábola é “lavrador”, e não o mais específico “vinhateiro” (encontrado, por exemplo, em Lc 13,7)²⁵. Poderíamos nos perguntar se o uso deste termo mais geral não apontaria para as condições precárias e incertas de ocupação destes trabalhadores.

20. Richard Horsley. *Jesus e o império...*, p. 100-101. Vale também a síntese seguinte: “Foi provavelmente uma progressiva *concentração da propriedade* que aguçou a luta pela sua distribuição no século I d.C. Por confisco, Herodes tinha se adonado de muitíssima terra. Estas propriedades foram mais tarde vendidas pelos romanos. Como compradores tinham vez somente pessoas com grande capital. Os ricos enriqueciam mais ainda. Suas terras podiam produzir para a exportação... Os grandes proprietários de qualquer forma já detinham os terrenos mais férteis” (Gerd Theissen. *Sociologia do movimento de Jesus*. São Leopoldo: Sinodal/Vozes, 1989, p. 40 [grifo do autor]).

21. William R. Herzog. *Parables as subversive speech*. Louisville: Westminster/John Knox Press, 1994, p. 77.

22. As expressões entre aspas são tiradas de William R. Herzog. *Parables as subversive...*, p. 108-109, que por sua vez se baseou em Richard A. Horsley. Essa espiral fica mais evidente se se considera que “endividamento e desapropriação de pequenos agricultores são (...) a característica dessa época romana” em Israel (Ekkehard W. Stegemann e Wolfgang Stegemann. *História social do protocristianismo*. São Leopoldo/São Paulo: Sinodal/Paulus, 2004, p. 136). Aí está a matriz da precarização das formas e relações de trabalho nos campos de Israel.

23. Boudewijn Dehandschutter. “La parabole des vigneronns homicides (Mc 12,1-12) et l’*évangile selon Thomas*”. In: M. Sabbe (ed.). *L’*évangile selon Marc*. Tradition et redaction*. Louvain, 1974, p. 218; John S. Kloppenborg. *The Tenants in the Vineyard...*, p. 43. A polêmica quanto à tradução se deve a uma pequena cesura no códice encontrado em Nag Hammadi, que eliminou três letras do adjetivo apostro a “homem”. E a tendência predominante, da qual nos afastamos, de qualificar o homem da parábola como “honesto” ou “bom” deriva da percepção, a nosso ver equivocada, de que o *Evangelho segundo Tomé* seria dependente de um ou mais dos evangelhos canônicos, que têm no proprietário uma referência (carregada de ironia!) a Deus.

24. William R. Herzog. *Parables as subversive speech...*, p. 103-104.

25. Isto é notado por Xavier Léon-Dufour (*Estudios de evangelio*. Madrid: Cristiandad, 1982, p. 302, nota 21) e Michel Hubaut (*La parabole des vigneronns homicides*. Paris: J. Gabalda et Cie., 1976, p. 27).

A frase que hoje encontramos em Mc 12,2 (“E enviou aos lavradores no tempo um escravo, para que dos lavradores tomasse dos frutos da vinha”) tem um sentido absolutamente claro dentro do quadro fundiário que esboçamos acima. Trata-se agora de fazer o acerto próprio do regime de arrendamento da terra. Os escravos são enviados pelo seu senhor com esta tarefa. Esta é uma das funções possíveis ao escravo naquela época: fazer a mediação entre o dono da terra e os arrendatários. Os escravos aqui não aparecem no trabalho do cultivo da terra; pelo contrário, são empregados da casa do proprietário, “burocratas domésticos e funcionários disponíveis que executam as ordens de seu senhor”²⁶. O mesmo, evidentemente, se supõe no envio do segundo escravo.

Voltando a considerar a colheita, deve-se levar em conta que,

normalmente, a vinha produzia uvas próprias para o vinho somente no quarto ano. Os frutos da vinha eram possivelmente as verduras plantadas entre as videiras. Era necessário para o dono receber um pagamento simbólico da colheita a fim de manter a posse da vinha²⁷.

Desta maneira, o momento da colheita, ou das uvas ou das verduras, se converte em algo absolutamente decisivo. O estopim para a eclosão do conflito se dará exatamente no momento do acerto, já que este não é previamente determinado²⁸: “o símbolo da colheita, usado muitas vezes no Novo Testamento para a prestação de contas, tem sua base nas relações sociais, nas quais a colheita não é considerada como tempo de alegria, mas como tempo de acerto de contas”²⁹.

E não é desse momento que tempos de colheita são também ocasiões de conflitos. Os papiros de Zenão, estudados por Hengel, são reveladores. Sirva-nos a nota de Gnilka:

Zenão é o administrador de Apolônio, que exercia junto ao rei do Egito o cargo de ministro das finanças. Apolônio possui uma propriedade rural na Galiléia, em Beth-Anath, que Zenão vistoriou no ano 260/259 a.C. com uma respeitável tropa de gregos. (...) Podemos presumir que Apolônio havia arrendado as propriedades a camponeses galileus e que as fizera explorar por estes. Um papiro relata sobre os esforços do administrador que criavam dificuldades na hora da entrega³⁰.

26. William R. Herzog. *Parables as subversive speech...*, p. 105.

27. Fritz Rienecker e Cleon Rogers. *Chave lingüística do Novo Testamento grego*. São Paulo: Vida Nova, 1985, p. 90-91; William R. Herzog. *Parables as subversive...*, p. 105. Além disso, havia a prescrição de Lv 19,23-26, cujo teor e aplicação na época de nossa parábola deveriam ser objeto de discussão mais pormenorizada, o que aqui não temos como fazer. Veja John Kloppenborg. *The Tenants in the Vineyard...*, p. 114, nota 36, onde se apresentam reelaborações da referida passagem na Mishná.

28. De acordo com Arye Ben-David, citado por Uwe Wegner (de quem recolhemos a informação), há fundamentalmente dois tipos de arrendatários (chamados “Kablanim”): aqueles que fazem o “acerto já no ato do arrendamento” e os que deverão fazê-lo “de acordo com a colheita” (Uwe Wegner. “Os evangelhos, Jesus, os escravos”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, 1988, n. 18, p. 62).

29. Hans G. Kippenberg. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 136-137.

30. Joachim Gnilka. *Jesus de Nazaré...*, p. 65. Não tivemos acesso ao ensaio de Hengel; ver, contudo, síntese a respeito de John S. Kloppenborg. *The Tenants in the Vineyard...*, p. 118-122. O teor dos papiros e comentários a eles podem ser lidos no mesmo volume, p. 359ss.

Baseado em estudos sobre as condições e razões das revoltas camponesas, William R. Herzog e Hans G. Kippenberg reconhecem que camponeses acabam recorrendo à violência primeiramente não em função de um ideal de justiça, mas para recuperar aquilo que perderam, enfim para reconstruir a antiga ordem³¹. De forma mais ampla, porém, podemos pensar que a parábola visa questionar sobre as formas e caminhos possíveis à população de se recuperar a dignidade de herdeiros da terra que lhe foi arancada³². O que fazer? De que maneira proceder? A atitude dos lavradores da parábola, mais do que elogiada, serve de motivo para reflexão e, quem sabe, para suscitar ação³³. Para isso é que serve uma parábola. Afinal, se o proprietário da vinha é associado a “um dentre os proprietários ausentes tão odiados entre os camponeses pobres da Galiléia”, “imagine-se como esta parábola teria sido ouvida nas áreas rurais da Palestina e Síria entre os espoliados e pobres – a classe arrendatária. Tratar-se-ia de maus arrendatários, ou de bravos arrendatários?”³⁴

III. Inserções da parábola dos vinhateiros e sua história no âmbito das tradições de Israel

Pelo impacto do poder do cânon, pela subavaliação do *Evangelho segundo Tomé* que ainda perpassa vários ambientes exegeticos, poder-se-ia pensar que a inserção da parábola dos vinhateiros no mundo das tradições do antigo Israel seria óbvia: bastaria pensar nas referências, mais ou menos explícitas, a temas e passagens da Escritura que se encontram, por exemplo, na versão da parábola lida em Marcos. E se se aceitasse, sem mais, que “uma ‘vinha’ era uma metáfora fixa para Israel”³⁵, o diagnóstico seria inevitável: as referências escriturísticas seriam, no caso de nossa parábola, o dado indispensável para se constatarem as raízes indiscutivelmente israelitas dos ensinamentos do mestre Jesus de Nazaré.

Mas não é esse o caminho. A análise acima proposta, ao postular como secundários o formato e o sentido alegórico encontrados em Marcos e nos demais sinóticos, e, por conseqüência, ao propor que a parábola nos estágios traditivos mais próximos de Jesus não só recorria a um conflito social em torno da colheita de uma vinha, mas o tinha como tema, e o fazia não apenas para reproduzi-lo, mas para problematizá-lo, exige pensar essa inserção em outros termos. Os lavradores da parábola não estariam ecoando a constatação de Jó 24,6, que vê os pobres vindimando a vinha do ímpio? É preciso considerar a estranheza perante o desaparecimento relativo, mas crescente, das posses e pequenas propriedades tradicionais (de que é testemunha, por exemplo, o texto de Ne 5), perante a distância cada vez mais longa entre a realidade vivida e a formulação idealizada de 1Rs 4,25: “Judá e Israel viviam felizes, cada qual debaixo de sua vi-

31. William R. Herzog. *Parables as subversive...*, p. 111; Hans G. Kippenberg. *Religião e formação de classes...*, p. 110.

32. William R. Herzog. *Parables as subversive...*, p. 113.

33. Interessante notar que Crossan inclui nossa parábola entre as que ele qualifica como “parábolas de ação” (*In Parables: the Challenge of the Historical Jesus*. New York: Harper & Row, 1973, p. 79-120).

34. Stephen J. Patterson. In: John S. Kloppenborg; Marvin W. Meyer; Stephen J. Patterson e Michael G. Steinhauser. *Q – Thomas reader*. Sonoma: Polebridge, 1990, p. 102.

35. Gerd Theissen e Annette Merz. *O Jesus histórico...*, p. 351.

nha e de sua figueira”, e tornada utopia no oráculo pós-exílico de Mq 4,4: “cada qual se sentará debaixo de sua vinha e de sua figueira, e ninguém o molestará”. O aumento das práticas de arrendamento da terra, já suposta na leitura dos papiros de Zenão, bem como a “naturalidade” com que a parábola descreve o conflito em torno dos termos do arrendamento e da posse dos frutos, em torno da “herança”, enfim, demandam ser considerados à luz do passado e das tradições de Israel, para as quais “herança” expressa vínculos com os antepassados e, em última instância, com Iahweh. O texto de 1Rs 21 é revelador de como as tradições sobre a posse da terra, pensada em termos de herança, soam “conservadoras” diante do avanço das propriedades; a parábola dos vinhateiros ecoa a força de reação deste princípio da “economia moral” camponesa: o teor da parábola permite sentir que os lavradores “estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais, e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade”³⁶. Em última instância, recordemos a motivação teológica de coloração deuteronomista, segundo a qual a terra é herança de Iahweh para seu povo.

Conclusão

Parece, portanto, que é preciso pensar em termos de continuidade e originalidade (não descontinuidade!) ao nos indagarmos sobre o enraizamento das parábolas de Jesus no âmbito mais amplo do universo israelita. Se Theissen estiver correto em sua afirmação geral, segundo a qual os rabinos, com suas parábolas, interpretavam a Torá, enquanto as de Jesus “trazem sua mensagem em si mesmas”, o que se vislumbra aí é apenas “uma nova fase da composição parabólica judaica”³⁷. Nela foi possível ao mestre de Nazaré colocar temas como a posse da terra trabalhada e dos frutos colhidos, a recuperação da herança, temas profundamente enraizados na espiritualidade de Israel, como teor e objetivo de muitas de suas parábolas, entre elas esta de que procuramos salientar alguns traços, em geral pouco destacados.

Bibliografia

(elencam-se aqui obras consultadas que não apareceram nas notas de rodapé)

CARLSTON, Charles E. *The parables of the Triple Tradition*. Fortress, Philadelphia, 1975.

FREYNE, Seán. *Galilee, from Alexander the Great to Hadrian 323 B.C.E. to 135 C.E. A Study of Second Temple Judaism*. Michael Glazier/University of Notre Dame, Wilmington/Notre Dame, 1980.

36. Edward P. Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152. Por outro lado, num texto como 1Mc 15,33-34, é a própria terra de Israel, como um todo, que é vista como a herança que foi devastada, o que veio a justificar os empreendimentos bélicos dos macabeus. É preciso considerar que tanto Josefo quanto Filon registram que camponeses, em situações de pressão, agiram negando-se a plantar ou ameaçando queimar as plantações já feitas, por conta da quebra de tradições e “antigos ritos” (Filon). Para os textos e comentários, referentes ao episódio da estátua de Calígula que deveria ser estabelecida no templo de Jerusalém, veja John D. Crossan. *O Jesus histórico...*, p. 168-169.

37. Gerd Theissen e Annette Merz. *O Jesus histórico...*, p. 361.

FUNK, Robert; SCOTT, Bernard Brandon e BUTTS, James R. *The Parables of Jesus*. Polebridge, Sonoma, 1988.

HARNISCH, Wolfgang. *Las parábolas de Jesús*. Sígueme, Salamanca, 1989.

HORSLEY, Richard A. *Galilee: History, Politics, People*. Trinity, Valley Forge, 1995.

LÓPEZ, Ediberto. “As origens do cristianismo e o evangelho de Tomé”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis, 1995, n. 22, p. 147-161.

PARKER, Andrew. *Painfully Clear: the Parables of Jesus*. Sheffield Academic, Sheffield, 1996.

SCOTT, Bernard Brandon. *Hear then the Parable*. A Commentary on the Parables of Jesus. Fortress Press, Minneapolis, 1989.

TOLBERT, Mary A. *Perspectives on the Parables: an Approach to Multiple Interpretations*. Fortress, Philadelphia, 1979.

YOUNG, Brad H. *Jesus and his Jewish Parables: rediscovering the Roots of Jesus Teaching*. 2 ed. Gospel Research, Tulsa, 1999.

Pedro Lima Vasconcellos
R. Venâncio Aires, 308, apto. 01 – Pompéia
05024-030 São Paulo, SP
plvascon@uol.com.br